

HABEAS CORPUS Nº 493.617 - SP (2019/0043988-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **UBIRAJARA CELSO DO AMARAL GUIMARAES JUNIOR**
ADVOGADO : **UBIRAJARA CELSO DO AMARAL GUIMARÃES JUNIOR** -
SP166340
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **R A A C (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* omissivo, com pedido liminar, impetrado em favor de **R. A. A. C.**, em que se aponta como autoridade coatora Desembargador relator do HC 2002754-17.2019.8.26.0000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o impetrante que o paciente cumpriu 3 anos de medida socioeducativa de internação, pela prática de dois homicídios qualificados. Afirma que, após cumprir a internação, o paciente "não foi liberado por ordem da autoridade coatora, que concordou com uma manobra Jurídica do MPE, nunca vista em nosso ordenamento jurídico, sem amparo legal, sem jurisprudência que apontasse tal possibilidade, e utilizando-se da lei 10.216/01, que não prevê a presente situação o paciente foi internado na Unidade Experimental de Saúde (UES), da capital paulista, isso ocorreu em novembro de 2006, ou seja, já fazem 13 anos praticamente." (e-STJ, fl. 4).

Sustenta que impetrou *habeas corpus* perante o TJSP em 16/1/2019, sendo que até o presente momento o Desembargador relator ainda não apreciou o pedido liminar, "causando cristalino constrangimento ilegal ao Paciente, que não consegue uma resposta do Poder Judiciário ao seu pedido no HC" (e-STJ, fl. 4).

Alega que "O Ministério Público ingressou com ação civil de interdição, cumulada com internação compulsória. A Promotoria se baseou em laudos médicos que constatarem que o rapaz sofre de problemas mentais e não pode voltar a viver em sociedade." (e-STJ, fl. 6).

Assevera que o paciente "já cumpriu a pena prevista em lei, mas vive hoje num limbo jurídico. Apesar da maioridade, não pode ser preso em uma penitenciária para criminosos comuns, já que era adolescente quando cometeu o crime. Nem também pode ser levado para um hospital de custódia. (e-STJ, fl. 6).

Requer, assim, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado imediatamente em liberdade.

É o relatório.

Decido.

Como cedo, em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de suposto constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Na espécie, o processo não foi instruído com peças processuais necessárias para exame de matérias relativas à execução penal do paciente, nem mesmo o andamento processual do *writ* originário.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO

PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em habeas corpus a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido."

(RHC 60.757/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 24/09/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator